

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015

(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações quanto às perdas bilionárias nas empresas brasileiras devido à crise energética e o risco de os custos serem repassados ao consumidor.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às perdas bilionárias nas empresas brasileiras devido à crise energética.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*¹, publicada no último dia 8 de novembro, além de levar à importação de combustíveis, a crise energética trouxe perdas bilionárias para empresas brasileiras. A maior delas foi para a Eletrobras, a holding de energia estatal.

¹ Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço: <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1703539-eletrobras-lidera-perda-bilionaria-do-setor-de-energia.shtml?mobile>, consultado em 08/11/2015.

Pelos dados da CCEE, mercado de liquidação que faz um balanço do que cada empresa tem a receber e a pagar, a estatal de energia teve déficit de **R\$ 7 bilhões** entre 2003 e agosto de 2015.

Mas, na prática, a conta não ficou com a empresa. Foi repassada para quem comprou energia de meios alternativos (eólicas, por exemplo) e da hidrelétrica de Itaipu, que repassou o custo extra ao consumidor. A hidrelétrica de Jirau, por exemplo, teria a pagar R\$ 4,8 bilhões.

Na prática, esses valores elevados levaram o mercado de curto prazo à beira do **colapso**. Empresas deficitárias obtiveram decisões judiciais e deixaram de pagar cerca de R\$ 12 bilhões no período. Com isso, as empresas que têm a receber acabam não embolsando o dinheiro.

Para tentar evitar o colapso, o **governo editou medida provisória em que repassou mais um pedaço da conta para os consumidores** em troca de as hidrelétricas abrirem mão das decisões judiciais e pagarem uma espécie de seguro. A medida ainda não foi apreciada pelo Congresso

Frente a essas informações publicadas pela imprensa, vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, informações **com relação ao risco de as perdas bilionárias nas empresas brasileiras causadas pela crise energética seja repassadas ao consumidor**.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2015.

Deputado ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO
PSDB - AM